

O CUMPRIMENTO FISCAL EM PORTUGAL - FATORES ASSOCIADOS A ERROS E ATRASOS NA ENTREGA DAS DECLARAÇÕES FISCAIS DAS PESSOAS SINGULARES*

Cidália Maria da Mota Lopes[†]

António Carlos dos Santos[‡]

Resumo: O presente artigo versa sobre a identificação e análise dos fatores associados a erros e atrasos no cumprimento fiscal, isto é, na entrega da declaração de rendimentos dos contribuintes individuais em Portugal.

Partimos da definição de cumprimento e não cumprimento fiscal, para seguidamente apresentarmos e identificarmos, na revisão da literatura, os fatores associados ao cumprimento e não cumprimento fiscal, em especial, os demográficos, os económicos, os sociológicos, os religiosos e os psicológicos.

O presente artigo não constitui apenas uma revisão de literatura sobre os fatores que influenciam a decisão do contribuinte de

* Comunicação apresentada em 10 de outubro no XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria organizado em Lisboa pelo ISCAL/ OTOC. Esta comunicação insere-se no âmbito do Projeto *Evasão Fiscal, Fraude Fiscal e Cumprimento Fiscal: Fatores individuais, económicos e sociais*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT- PTDC/CS-SOC/102706/2008) e coordenado pelo Doutor João Carlos Graça, do Centro de investigação SOCIUS – ISEG. A ele é devido um especial agradecimento, bem como aos membros do projeto Dr.^a Cláudia Niza, Dr.^a Brigitte Ferreira e Dr.^o Nuno Machado pela ajuda prestada na elaboração dos questionários e na sua aplicação prática, bem como pela constante troca de opiniões que, em muito enriqueceu, este texto.

[†] Doutorada em Economia pela Universidade de Coimbra. Professora coordenadora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra. Colaboradora do SOCIUS/ ISEG (clopes@iscac.pt; c.motalopes@sapo.pt)

[‡] Doutor em Direito pela Universidade de Lovaina-a-Nova (Bélgica). Professor associado da Universidade Autónoma de Lisboa. Membro do SOCIUS/ ISEG (acsantos@iseg.utl.pt) e do IDEFF/FDL.

cumprir ou não cumprir, integra-se antes numa perspetiva quantitativa, uma vez que, através dos dados recolhidos num *survey* a 350 contribuintes individuais das regiões de Lisboa e Cascais, concluímos que os fatores sociológicos, em especial, o materialismo, influenciam a decisão do contribuinte cumprir ou não cumprir atempadamente com as suas obrigações fiscais.

Palavras-Chave: Erros e atrasos, entrega da declaração de rendimentos, contribuintes individuais, sistema fiscal, Portugal

1 – REVISÃO DA LITERATURA



Saber porque as pessoas fogem aos impostos é uma matéria da máxima importância para o estudo e desenho da política fiscal. Existe um conjunto de valores e atitudes, tais como os princípios transmitidos pela família, o sentido cívico, os comportamentos do grupo ou classe social em que se está inserido, as experiências individuais, que, no seu conjunto, moldam a predisposição dos contribuintes para o cumprimento ou para a evasão fiscal.

O conceito de cumprimento fiscal engloba um conjunto variado de operações (Lopes, 2008). Em primeiro lugar, o registo dos contribuintes dentro do sistema. Em segundo lugar, o preenchimento de toda a documentação necessária à efetivação das suas obrigações fiscais. Em terceiro, a declaração dos valores verdadeiros e corretos de rendimento, consumo e riqueza de acordo com o seu arquivo fiscal (sistema de tributação de auto-liquidação). Por último, o contribuinte deve efetuar o pagamento das suas dívidas fiscais no tempo devido.

O cumprimento destas atividades fiscais depende, em muito, dos conhecimentos técnicos do contribuinte para calcular a quantia correta de imposto, bem como da sua aptidão para realizar estas tarefas. Pelo que, quanto mais opaca, ambígua ou

subjetiva for a lei fiscal, mais difícil se torna o cumprimento fiscal para o contribuinte.

Assim, a atitude de cumprir ou não cumprir depende fundamentalmente da predisposição dos contribuintes para pagar os seus próprios impostos (variáveis sociológicas e psicológicas), bem como dos seus conhecimentos para poder cumprir com todas as obrigações fiscais que o sistema fiscal exige (variáveis técnicas e cognitivas).

O não cumprimento das obrigações tributárias pode decorrer de uma falha intencional (incumprimento fiscal voluntário¹) ou não intencional (incumprimento fiscal involuntário). Ainda que do ponto de vista teórico os conceitos de não cumprimento fiscal voluntário ou involuntário sejam diferentes, do ponto de vista *prático* as consequências são as mesmas: redução do montante de imposto devido a pagar. No âmbito deste trabalho, e por questões de simplificação, não procurámos, pois aferir destas diferenças e considerámos os contribuintes que não cumprem, de forma intencional ou não intencional, como contribuintes não cumpridores. Deste modo, o que procuramos aferir nesta parte do nosso estudo é a identificação dos fatores explicativos dos erros e atrasos na entrega da declaração de rendimentos, isto é, da variável não cumprimento fiscal.

De acordo com a literatura internacional, existem vários determinantes do não cumprimento fiscal (Jackson & Millirion, 1986; Fischer, Wartick & Mark, 1992; Richardson, 2006). Segundo estes autores, o cumprimento fiscal é influenciado por fatores demográficos, económicos, sociológicos ou psicológicos (fatores comportamentais).

As variáveis demográficas que influenciam o cumprimento fiscal são: a idade; o género; a educação e a ocupação (Jackson & Millirion, 1986).

¹ É neste grupo que inserimos a fraude e evasão fiscais, pois, em ambos os casos, estamos em regra perante uma falha intencional do contribuinte no cumprimento das suas obrigações tributárias.

Na maioria dos estudos, a idade apresenta uma relação positiva com o cumprimento fiscal. Andreoni et al. (1998) concluíram no sentido de que os contribuintes de mais idade e chefes de família eram mais cumpridores, fruto de maior responsabilidade e de maior receio de sanções. Tittle (1980) observa que os contribuintes mais novos são mais desafiadores do risco e menos sensíveis a sanções.

No que diz respeito ao género, Tittle (1980) refere que os contribuintes do género feminino apresentam um maior nível de cumprimento fiscal. As mulheres identificam-se mais com as regras, com a moral vigente e com o conservadorismo, sendo por isso mais cumpridoras. A crescente inserção das mulheres na vida ativa tem contribuído para a diminuição das diferenças dos géneros.

Jackson & Millirion (1986) referem que o nível de educação dos contribuintes explica a sua capacidade e perceção na compreensão das obrigações fiscais. Quanto maior o nível de educação ou escolaridade maior será o nível de cumprimento, pois maior será a aptidão para compreender sistemas fiscais complexos. Chau & Troutman (2000) referem, porém, que contribuintes com maior grau de formação podem revelar-se os mais preparados para a gestão fiscal, e, por isso, o efeito do nível de educação no cumprimento fiscal nem sempre é positivo.

A atividade ou profissão é também indicada como fator explicativo do cumprimento fiscal, sendo os diferentes autores unânimes em considerar que o nível de não cumprimento é maior entre os trabalhadores por conta própria (Ver, por todos, Andreoni et al 1998).

No que diz respeito aos fatores económicos, Jackson & Millirion (1986) apontam como fatores explicativos do não cumprimento fiscal: o nível de rendimento; a fonte do rendimento; as taxas de imposto e, ainda, as penalidades e a probabilidade de ser detetado. Estes autores sublinham que, regra

geral, os contribuintes mais cumpridores são os contribuintes com um nível médio de rendimentos, pois os contribuintes com rendimentos baixos têm maior propensão para a fraude e evasão fiscais. A maior taxa de incumprimento verifica-se quando o contribuinte desenvolve uma atividade por conta própria, segundo os mesmos autores.

As taxas marginais de impostos são outro fator muitas vezes indicado como influenciador do grau de cumprimento fiscal, mas aqui o consenso não existe. Estudos empíricos revelam resultados diferentes relativamente ao impacto que esta variável tem no cumprimento fiscal. Assim, Clotfelter (1983) e Mason & Calvin (1984) encontraram uma relação positiva. Feinsatein (1991) e Christian & Gupta (1993) observaram uma relação negativa entre as taxas marginais e o grau de cumprimento fiscal. Richardson (2006) argumenta que não existe uma correlação entre as taxas marginais e o nível de rendimento. Allingham & Sandmo (1972) sublinham os fatores “probabilidade de ser detetado” e “sanções” como os mais influenciadores do cumprimento fiscal. Trata-se, pois, do modelo económico tradicional: o contribuinte racional optará pelo incumprimento sempre que o benefício económico do incumprimento for superior ao custo da probabilidade de deteção e às sanções associadas (*teoria da utilidade esperada*).

Os modelos económicos tradicionais não tomam, porém, em consideração as motivações comportamentais dos contribuintes. Por exemplo: Wenzel (2005) refere que as perceções que os contribuintes têm da aplicação da justiça e da equidade em termos individuais, de grupo ou da sociedade podem ter impacto no cumprimento fiscal. A necessidade do estudo destas questões tem conduzido a modelos mistos, onde, a par das variáveis demográficas e económicas, entram as variáveis comportamentais, como a perceção da equidade, da complexidade, a moral tributária, entre outras.

As atitudes dos contribuintes poderão estar também asso-

ciadas a sentimentos mais abstratos, tais como os motivos religiosos ², morais e filosóficos de um país, a natureza dos limites entre a esfera individual e o Estado, bem como a força da tradição através dos quais estes limites têm sido mantidos (Mc. Gee, 1998).

Pelo que toca aos fatores comportamentais ou psicológicos Jackson & Millirion (1986) referem a equidade, os contactos com a Administração fiscal, o comportamento dos pares, a moral tributária e a complexidade como fatores explicativos do comportamento dos contribuintes. Fisher et al. (1992) sintetizam estes fatores em dois: a justiça do sistema fiscal e a influência dos pares. Chau & Leung (2009) concluíram que se os contribuintes se aperceberem que, ao pagarem os seus impostos, não recebem as contrapartidas justas vão sentir um desconforto social e desenvolver um sentimento de injustiça. Ao invés, se acreditarem que o sistema fiscal é justo a sua predisposição para pagar impostos será maior.

As vivências e aprendizagem com os pares (como amigos, familiares ou colegas) podem influenciar os comportamentos negativos relativos ao grau de cumprimento fiscal, com a justificação de que “todos fazem isto”!

Segundo Togler (2002), uma boa relação dos contribuintes com a Administração fiscal contribui para um clima amistoso entre ambas as partes, fomentando, assim, o grau de cumprimento fiscal voluntário (Alm, Martinez_Vasquez e Schneider, 2004). Neste sentido, o Estado ao promover um sistema justo e transparente espera que os contribuintes se predisponham a uma maior inclinação para o cumprimento fiscal, fomentando a moral tributária. A moral tributária é um fator importante no cumprimento fiscal e diz respeito a uma característica intrínseca dos contribuintes que se refere ao cumprimento

²Por exemplo, para os Católicos, a obrigação de pagar imposto é mencionada por diversas ocasiões na Bíblia (Carta aos Romanos, parágrafo 13 – Obediência à autoridade).

das normas fiscais, tal como o compromisso da responsabilidade, o respeito pelas leis, entre outras.

No que diz respeito à complexidade, Richardson (2006) mostra que a complexidade é um fator determinante na explicação do nível de evasão e fraude fiscais e encontra uma relação positiva entre ambas as variáveis. Na verdade, quando a complexidade aumenta, aumenta também o nível de evasão e fraude fiscais. Por sua vez, Mckerchar (2007) reforça este estudo ao indicar que o aumento da complexidade tem um efeito negativo no cumprimento fiscal.

Existem alguns estudos realizados nos Estados Unidos (Slemrod, 2009) que demonstram que declarações fiscais complexas desencorajam os contribuintes, mesmo aqueles com um nível de educação superior, de preencher as suas declarações. Além disso, alguns aspetos mais detalhados dos códigos fiscais tornam a situação ainda mais difícil para os contribuintes, quer pela ignorância destas regras, quer pelo sentimento de desconforto sentido.

Sandford (2000) acrescenta a este respeito que a grande maioria dos erros nas declarações de rendimento, no Reino Unido, é o produto da complexidade ou da ambiguidade nas declarações fiscais, não decorrendo propriamente de fraude fiscal.

Segundo Foers (1998), a melhoria na forma e na compreensão das declarações de imposto é um assunto que, atendendo à sua importância, deveria ser tomado em consideração em qualquer reforma administrativa do sistema fiscal.

Segundo Evans & Tran-Nam (2010), medir a perceção de complexidade não é uma tarefa fácil. Todavia, é possível fazê-lo através de um conjunto de indicadores: número total de impostos de um país; a extensão dos códigos fiscais (artigos e palavras); a perceção de complexidade dos contribuintes em relação à legislação fiscal; o recurso a ajuda no preenchimento da declaração de impostos e os custos do sistema fiscal (de

cumprimento e administrativos).

Alguns autores chamaram a atenção para o papel que os custos psicológicos podem desempenhar na análise dos determinantes e dos fatores associados aos custos de cumprimento e ao grau de cumprimento fiscal. Os custos psicológicos foram identificados por Adam Smith (1776) e tomados em consideração na definição de custos de cumprimento de Sandford (1971, 1989, 2000). Segundo este autor, estes custos dizem respeito à ansiedade, preocupação e nervosismo incorridos pelos contribuintes no processo de cumprimento fiscal. Os custos psicológicos são difíceis senão impossíveis de medir; todavia, segundo Sandford, é suficiente identificar os perfis de contribuintes mais suscetíveis de incorrerem em custos mais elevados. Diferentes estudos (Sandford (1989), Delgado (1995), Wolnner et al. 2007) concluíram que os contribuintes incorrem em custos psicológicos, em particular, os mais idosos, reformados e viúvos, no cumprimento ou não cumprimento dos seus assuntos fiscais.

É neste sentido que nesta comunicação procuramos aferir dos fatores que conduzem os contribuintes a atrasos e erros na entrega da sua declaração de rendimentos. Estamos fundamentalmente perante possíveis fatores de ordem demográfica, económica, sociológica, psicológica e técnica.

Procuramos, então, identificar os fatores explicativos do grau de cumprimento fiscal, os fatores demográficos, os económicos, os sociológicos e psicológicos, os técnicos, bem como a associação entre as atitudes fiscais dos contribuintes, a perceção que têm do sistema tributário e o seu impacto no não cumprimento das obrigações fiscais em tempo devido.

Para atingir os objetivos anteriormente referidos formalizámos as hipóteses a testar, definimos as variáveis relevantes e utilizámos o questionário como instrumento de recolha de dados. Na secção seguinte procedemos à análise da metodologia utilizada.

2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2.1 – TÉCNICA DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO E AMOSTRA

O objetivo neste ponto do nosso trabalho é identificar os fatores que conduzem os contribuintes a erros e atrasos na declaração de rendimentos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) em Portugal.

Com vista a atingir estes objetivos, a técnica escolhida para recolher a informação foi o uso de entrevistas por aplicação direta de questionário (*face - to - face interviews*). Pretendeu-se, com esta técnica de recolha de dados, obter uma taxa de resposta mais elevada e uma melhor qualidade da informação recolhida, a qual, aumenta quando a aproximação aos contribuintes é feita pessoalmente.

Na verdade, uma vantagem importante da escolha deste método é o preenchimento do questionário na presença do investigador principal. Este último encarrega-se de assegurar a correta aplicação do questionário, esclarecendo os inquiridos, as vezes que forem necessárias, quanto às dúvidas nas questões formuladas. Esta situação leva a que as perguntas sejam interpretadas, regra geral, por todos os indivíduos de forma clara e objetiva. Ao invés, se as questões são interpretadas de forma errada e respondidas incorretamente, a qualidade da informação obtida não será, certamente, a desejável.

A interpretação das questões pode condicionar a fiabilidade das estimativas efetuadas. Mais ainda, os inquiridos poderão estar politicamente empenhados ou influenciados, exagerando, assim, as suas respostas.

Dado que o objetivo do nosso estudo versa sobre a identificação dos principais determinantes do não cumprimento fiscal, assegurar a qualidade da informação obtida revelou-se

fundamental. Por isso, a nossa escolha incidiu, como se disse, sobre o uso de entrevistas por aplicação direta de questionário. Esta técnica de recolha de informação permite, por um lado, assegurar um bom nível de taxa de resposta e, por outro, a fiabilidade e a qualidade dos resultados obtidos. Justifica-se a aplicação desta metodologia uma vez que já existem estudos internacionais que o fizeram e que serão o ponto de partida da nossa análise. (Richardson, 2006; Chau & Leng, 2009).

O questionário encontra-se dividido em duas partes.

Na parte I apresenta-se, em primeiro lugar, um conjunto de questões sócio-demográficas (Q1 a Q1.7) que caracterizam os contribuintes inquiridos, desde o género, a idade, o nível de escolaridade, a religião, e o nível de rendimento. Em segundo lugar, apresentam-se questões sobre a forma de preenchimento da declaração de rendimentos, com ajuda ou sem ajuda profissional (Q 1.8 a Q2). Nesta parte, os contribuintes são inquiridos sobre a forma como preenchem a sua declaração de rendimentos, a causa para solicitar ajuda, as áreas de maior complexidade fiscal, a forma de entrega da declaração e, por fim, a ansiedade que sentem ou não no cumprimento de todo este processo.

Na parte II, os contribuintes foram inquiridos sobre algumas variáveis sociológicas e psicológicas, em especial, procuramos saber se são os contribuintes mais procrastinadores, materialistas, e com mais literacia financeira os mais cumpridores ou se, ao invés, são os mais propensos a erros e atrasos na entrega da declaração de rendimentos. Para isso, recorreremos a uma escala usada nos estudos do *European Social Survey* (2011).

O processo de realização das entrevistas decorreu no período de entrega das declarações de rendimento dos contribuintes individuais, isto é, durante os meses de março e abril de 2011.

A escolha deste período para elaborar as entrevistas resultou de dois motivos: por um lado, o pressuposto de que os

contribuintes estariam, à partida, durante o período de entrega das declarações de rendimento, mais predispostos para responder a questões sobre “impostos” e “cumprimento fiscal”; por outro, os mesmos contribuintes teriam mais presente a informação acerca do processo de cumprimento do que se o estudo fosse realizado noutra altura do ano.

A população em estudo é constituída por todos os contribuintes individuais do distrito de Lisboa e Cascais, no ano de 2011. Assim, a nossa unidade de análise são os contribuintes do distrito de Lisboa e Cascais, obrigados a apresentar a declaração de rendimentos, no ano de 2011, e que é referente aos rendimentos obtidos no ano de 2010.

Tendo em conta os limites de recursos monetários e de tempo que a aplicação do questionário por entrevistas diretas envolve, o que impossibilitou a sua concretização em todo o país, o local escolhido foi a repartição de finanças de cada concelho do distrito de Lisboa. Além disso, não existiam razões para suspeitar que os habitantes deste distrito tinham perfis diferentes dos outros.

A amostra foi aleatória, pois, em cada repartição, e durante o período das entrevistas, os indivíduos selecionados foram sempre escolhidos de forma aleatória nas filas em que se encontravam em cada momento.

Foram realizadas 350 entrevistas individuais durante o período de entrega da declaração de rendimentos Modelo 3. Dos 350 contribuintes, 20 recusaram ser entrevistados, dos quais 5 argumentaram que não estavam interessados no assunto em questão, e 5 que não dispunham de tempo. Foram preenchidos 330 questionários, dos quais 31 não estavam completos, pelo que foram eliminados da nossa análise. Deste modo, ficámos com 299 questionários integralmente preenchidos.

A nossa amostra é, pois, constituída por 299 observações ou casos, resultantes do preenchimento do questionário através de entrevistas diretas.

Os 299 contribuintes seleccionados por amostra apresentam as características descritas no Quadro n.º 1.

Quadro n.º 1 – Características sócio-demográficas da amostra (Frequência e Percentagem)

Característico sócio-demográficas	Número de inquiridos	%
Ocupação	299	100
Trabalhador dependente	190	66
Trabalhador independente	99	34
Categoria profissional	299	100
Quadros superiores administração pública e quadros dirigentes	11	3,7
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	99	33,1
Técnicos e profissionais de nível intermédio	39	13,0
Pessoal administrativo e similares	42	14,0
Pessoal dos serviços e vendedores	52	17,4
Operários, artífices e trabalhadores similares	6	2,0
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	2	0,7
Trabalhadores não qualificados	11	3,7
Outros	37	12,4
Género	299	100
Feminino	160	53,5
Masculino	139	46,2
Idade	299	100
< 35 anos	101	33,8
≥ 35 e < 65 anos	177	59,2
≥ 65 anos	19	6,4
Nível de escolaridade	299	100
< 9.º ano	62	20,7
≥ 9.º ano < 12.º ano	90	30,1
Licenciatura	108	36,1
Estudos Pós Graduados	39	12,7
Religião	299	100
Sem Religião	90	30,1

Católica – Praticante	101	33,8
Católica – Não Praticante	82	27,4
Judaica	2	0,7
Protestante	4	1,3
Muçulmana	2	0,7
Outra Religião	18	4,7
Total de contribuintes	299	100

A dimensão da nossa amostra é de 299 contribuintes, dos quais 66% são trabalhadores dependentes e 34% trabalhadores independentes. No que respeita à categoria profissional, 11 são quadros dirigentes (3,7%), 99 são especialistas de profissões intelectuais e científicas (33,1%), 39 são técnicos de nível intermédio (13,0%), 42 pessoal administrativo (14,0%), 52 de pessoal dos serviços e vendedores (17,4%), 6 são operários (2,0%), 2 operadores de máquinas e montagem (0,7%), e 11 são trabalhadores não qualificados (3,7%). Do total de inquiridos, 160 são do género feminino (53,5%) e 139 do masculino (46,2%).

A amostra apresenta, também, contribuintes com idades muito diversas. A maioria dos inquiridos, 59,2,9%, encontra-se no escalão dos 36 aos 65 anos, seguindo-se 33,8% dos contribuintes com idades compreendidas até os 35 anos de idade, 6,4% está no intervalo acima dos 65 anos.

No que diz respeito ao grau de escolaridade, a amostra apresenta também diferentes perfis de contribuintes: 62 – ensino básico 9º ano; 90 – ensino secundário; 108 – Licenciatura; 38 – Pós Graduação.

Pelo que toca à religião, do total de inquiridos, 183 contribuintes são católicos – praticantes e não praticantes (61,2%), 90 não têm religião (30,1%), tendo as outras religiões um peso meramente residual, com 0,7%, 1,3%, e 0,7% para a judaica, protestante e muçulmana, respetivamente.

Após a caracterização da amostra, passamos, pois, no

ponto seguinte à apresentação e discussão dos resultados obtidos.

2.2 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a análise e discussão dos resultados recorreremos ao *Software* informático *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 19.

Assim, o quadro 1 apresenta os contribuintes e o período de entrega da declaração de rendimentos (dentro ou fora do prazo).

Quadro 1 – Contribuintes e prazo de entrega da declaração de rendimentos

Contribuintes	Frequência (N)	Em percentagem (%)
Dentro do Prazo	163	55,1
Fora do Prazo	133	44,9
Total	299	100

Do total de contribuintes entrevistados, verificámos que apenas 55,1% dos contribuintes entregaram a sua declaração de rendimentos dentro do prazo legal, cumprindo assim os requisitos legais. Trata-se, sem dúvida, de um resultado surpreendente, para o qual interessa encontrar justificação: quais os fatores que conduziram os contribuintes a não cumprirem em tempo devido as suas obrigações fiscais? É da resposta a esta questão que nos ocuparemos de seguida. Para isso, passamos a caracterizar a amostra de acordo com a nossa variável dependente, cumprir ou não cumprir dentro do prazo legal e com as variáveis independentes ou explicativas: as sócio-demográficas, as económicas, as técnicas e as sociológicas e psicológicas.

Quadro 2 – A idade e a entrega da declaração de rendimentos

Idade	Entrega da Declaração de Rendimentos		Total
	Dentro do Prazo	Fora do Prazo	
Até 35 anos	60	41	101
%	59,4%	40,6%	100%
Entre 36 e 65 anos	98	77	175

%	56,0%	44,0%	100,0%
Mais de 65 anos	5	14	19
%	26,3%	73,7%	100,0%

Da leitura do quadro 2, observamos que a entrega da declaração dentro e fora do prazo varia de acordo com o escalão de idades dos contribuintes, em especial, os contribuintes com idades superiores a 65 anos, pois uma percentagem significativa destes contribuintes entregou fora do prazo (73,7%), com $\chi^2 = 7.179$ e $p\text{ value} = 0,028$.

Quadro 3 – O nível de escolaridade e a entrega da declaração de rendimentos

Escolaridade	Entrega da Declaração de Rendimentos		Total
	Dentro do Prazo	Fora do Prazo	
9.º ano	30	31	61
	49,2	50,8	100
12.º ano	46	43	89
	51,7	48,3	100
Licenciatura	62	45	107
	57,9	42,1	100
Pós Graduação	24	14	38
	63,2	36,8	100

Da leitura do quadro acima, verificamos que a entrega da declaração fora do prazo não difere de acordo com o nível de escolaridade, pois não existe associação estatística entre as duas variáveis, com $\chi^2 = 2.625$ e $p\text{ value} = 0,453$.

Quadro 4 – A entrega da declaração de rendimentos e a religião

Religião	Entrega da Declaração de Rendimentos		Total
	Dentro do Prazo	Fora do Prazo	
Sem religião	52	37	89
	58,4%	41,6%	100%
Católica Praticante	54	46	100
	54%	46%	100%
Católica Não Praticante	44	37	81
	54,3%	45,7%	100%
Judaica	0	2	2
	0	100%	100%
Protestante	3	1	4
	75%	25%	100%
Muçulmana	1	1	2
	50%	50%	100%
Outra	5	9	14
	35,7%	64,3%	100%

Da leitura do quadro acima, verificamos que a entrega da declaração fora do prazo não difere de acordo a religião, pois não existe associação estatística entre as duas variáveis, com $\chi^2 = 5.646$ e $p\text{ value} = 0,464$.

Quadro 5 – A entrega da declaração de rendimentos e o nível de rendimentos

Escalões de Rendimento (Euros)	Entrega da Declaração de Rendimentos		Total
	Dentro do Prazo	Fora do Prazo	
Até 4 793	20 50%	20 50%	40 100%
4 793-7 250	28 63,6%	16 36,4%	44 100%
7 251 – 17 979	52 49,5%	53 50,5%	105 100%
17 980-41 349	38 58,5%	27 41,5%	65 100%
41 349 – 59 926	10 76,9%	3 23,1%	13 100%
59 927 – 64 623	6 46,2%	7 53,8%	13 100%
64 624 – 150 000	5 62,5%	3 37,5%	8 100%
Mais de 150 000	0 0%	2 100%	2 100%

Com $\chi^2 = 8.869$ e $p\text{ value} = 0,262$, observamos que não existe associação entre a entrega de declaração dentro e fora do prazo e o nível de rendimentos dos contribuintes.

Quadro 6 – A entrega da declaração de rendimentos e a fonte dos rendimentos

Fonte de Rendimentos		Entrega da Declaração de Rendimentos		Total
		Dentro do Prazo	Fora do Prazo	
Trabalhador Dependente		100	89	189
		52,9%	47,1%	100%
Trabalhador Independente		59	37	96
		61,5%	38,5%	100%

A associação entre a entrega da declaração de rendimentos, dentro e fora do prazo, e a fonte dos rendimentos não é estatisticamente significativa ($\chi^2 = 1.869$ e $p\text{ value} = 0,170$), o que significa que não existe uma relação entre o tipo de trabalho exercido e a entrega da declaração fora do prazo.

Quadro 7 – A entrega da declaração de rendimentos e a

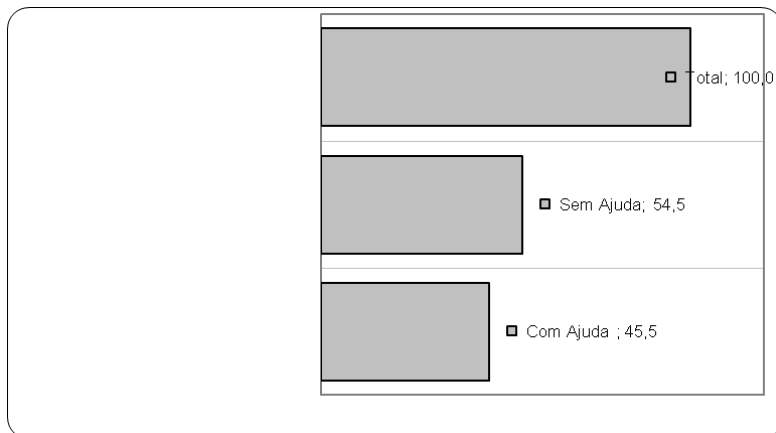
categoria profissional

Categoria Profissional	Entrega da Declaração de Rendimentos		Total
	Dentro do Prazo	Fora do Prazo	
Quadros superiores	6 54,5%	5 45,5%	11 100,0%
Profissões intelectuais e científicas	62 62,6%	37 37,4%	99 100,0%
Técnicos e profissionais intermédios	23 60,5%	15 39,5%	38 100,0%
Pessoal administrativo e similares	28 66,7%	14 33,3%	42 100,0%
Pessoal dos serviços e vendedores	23 44,2%	29 55,8%	52 100,0%
Operários, artífices e trabalhadores similares	4 66,7%	2 33,3%	6 100,0%
Operadores máquinas	2 100%	0 0	2 100%
Trabalhador não qualificado	4 36,4%	7 63,6%	11 100,0%
Outro	11 31,4%	24 68,6%	35 100,0%

Da leitura do quadro 7, podemos, todavia, concluir, com ($\chi^2 = 18.914$ e $p \text{ value} = 0,015$), que existe uma associação entre a entrega da declaração fora do prazo e a categoria profissional, sendo que são os trabalhadores não qualificados aqueles que mais entregam a declaração com atraso ou fora do prazo legal.

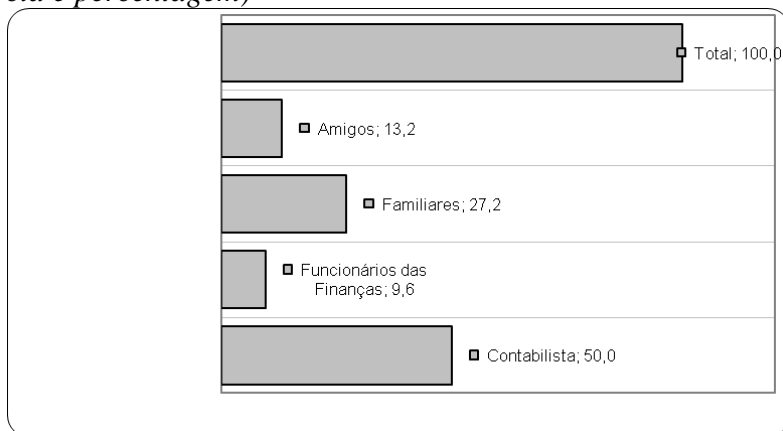
No total de contribuintes entrevistados, 163 (54,5%) não recorrem a ajuda no preenchimento da sua declaração de rendimentos, enquanto 136 (45,5%) solicitam ajuda para o cumprimento das suas obrigações fiscais, tal como se observa da leitura da figura 1.

Figura 1 – Preenchimento e entrega da declaração de rendimentos (em percentagem)



A percentagem de contribuintes que solicita ajuda representa um valor bastante elevado: por isso, é importante saber o tipo de ajuda, paga ou não paga, bem como identificar as causas ou os motivos que conduziram os contribuintes a pedirem tal ajuda (complexidade do sistema fiscal, complexidade do impresso, obrigação de ter contabilidade organizada, entre outros). Vejamos, assim, a figura abaixo apresentada.

Figura 2 – Caracterização do tipo de Ajuda (em frequência e percentagem)



Observamos, então, da leitura da figura 2 que metade dos contribuintes solicita, na entrega da declaração de rendimentos,

ajuda a contabilistas, 27,2% a familiares e 13,2% amigos, sendo 9,6% (uma percentagem muito pequena) os que solicitam a ajuda da Administração fiscal. Vejamos, em seguida, que tipo de contribuintes solicita os contabilistas.

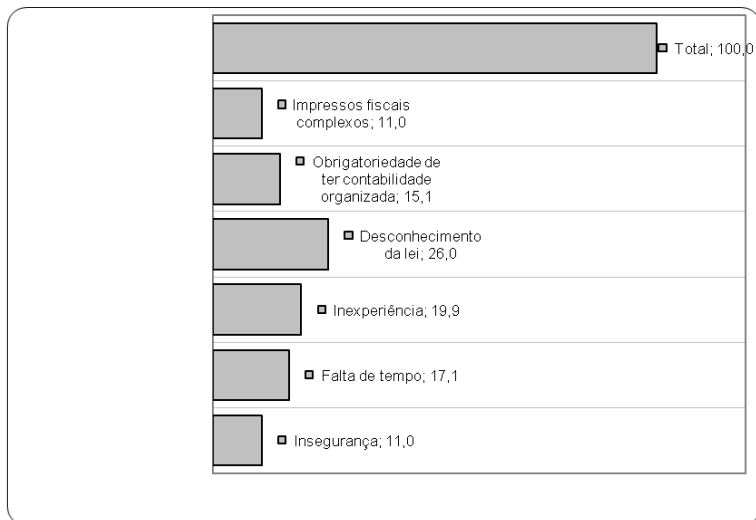
Quadro 8 Preenchimento e entrega da declaração de rendimentos (Frequência e percentagens)

Contribuintes	Tipo de Ajuda solicitada				Total	
	Contabilista	Funcionários das Finanças	Família	Amigos		(%)
Sem ajuda					163	54,5
Trabalho dependente	37	9	20	14	79	26,4
Trabalho independente	30	4	15	4	52	17,3
Total	68	13	37	18	299	100

No quadro 8 observamos que, do total de contribuintes entrevistados, 163 (54,5%) preencheram e entregaram a declaração de rendimentos sem qualquer tipo de ajuda, 136 (45,5%) recorreram a ajuda, dos quais 68 (50%) a uma ajuda não paga (de familiares, de amigos ou de funcionários da administração fiscal) e 68 (50,0%) consultaram um especialista fiscal ou um contabilista, para cumprir os seus deveres fiscais.

Um dado curioso é a percentagem elevada de contribuintes com rendimentos de trabalho dependente que solicita a ajuda de um contabilista. Poderá tratar-se de um *indicador de complexidade* do sistema fiscal, pois, nestes casos, como é sabido, não existe obrigatoriedade de ter contabilidade organizada.

Figura 3 – Motivos que conduziram os contribuintes a solicitar ajuda (em frequência e em percentagem)

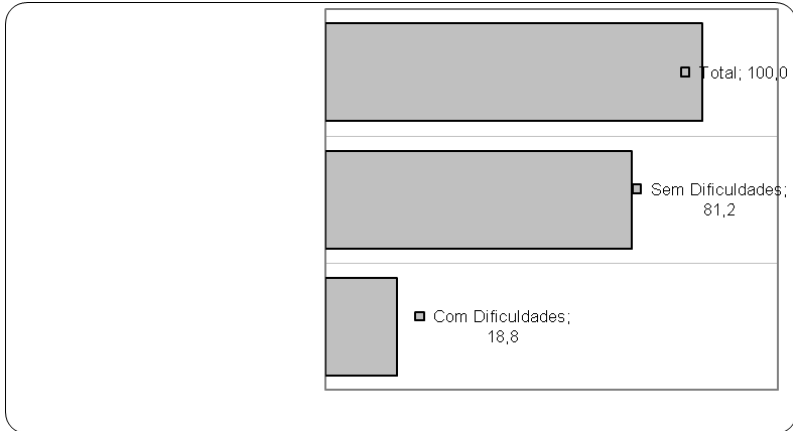


Como se observa da leitura da figura 3, a percentagem de contribuintes que têm obrigatoriedade de ter contabilidade organizada é muito pequena (15,1%), o que vai no sentido da nossa intuição inicial de “perceção de complexidade fiscal” da parte dos contribuintes para recorrem a ajuda. Na verdade, 26% e 19,9% dos contribuintes que pedem ajuda é por desconhecimento das leis fiscais, bem como por inexperiência ou, ainda, falta de tempo (17%), insegurança (11%) ou complexidade dos impressos.

Esta conclusão parece indiciar um certo grau de complexidade no sistema fiscal português, o que, em última análise, poderá levar os contribuintes a erros e a atrasos na entrega da declaração de rendimentos, e, muito provavelmente, a outras formas de não cumprimento fiscal.

Os contribuintes foram, posteriormente, questionados se era frequente sentirem dificuldades no cumprimento fiscal.

Figura 4 – Grau dificuldade dos contribuintes no cumprimento fiscal (em percentagem)



Curiosamente, a grande maioria dos contribuintes (81,2 %) respondeu que não sentia qualquer tipo de dificuldade, o que parece contrariar a questão do tipo de ajuda solicitada aquando do cumprimento das suas obrigações fiscais.

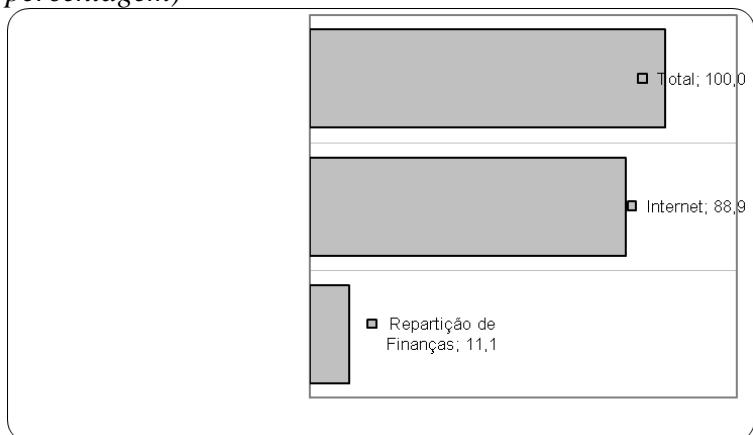
Quadro 9 – A entrega da declaração de rendimentos e o grau de dificuldades

Dificuldades	Entrega da Declaração de Rendimentos		Total
	Dentro do Prazo	Fora do Prazo	
Com Dificuldades	36 65,4%	19 34,5%	55 100%
Sem Dificuldades	126 52,5%	114 47,5%	240 100%

Da leitura do quadro acima, com ($\chi^2 = 3.033$ e *P- Value* = 0,082), verifica-se que existe associação entre a entrega de declaração dentro do prazo e o grau de dificuldades no cumprimento fiscal dos contribuintes, havendo uma tendência para os que têm dificuldades entregarem as declarações dentro do prazo (65%), o que parece poder explicar a elevada percentagem de contribuintes que solicita ajuda no preenchimento da declaração de rendimentos.

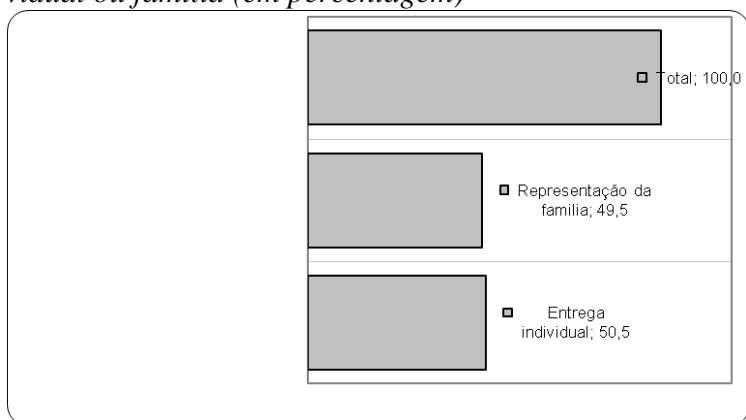
Posteriormente, os contribuintes foram questionados acerca da forma de entrega da sua declaração de rendimentos, sendo que 88,9% entrega eletronicamente a declaração e apenas 11,1% o faz por entrega física, através dos Serviços Locais de Finanças.

Figura 5 – Entrega da declaração de rendimentos (em percentagem)



De seguida verificámos, também, que 50% dos contribuintes entrevistados entregaram individualmente a sua declaração de rendimentos e 49,5% em representação da família.

Figura 6 – Entrega da declaração de rendimentos: individual ou família (em percentagem)



Na secção seguinte, e após a análise descritiva de alguns resultados obtidos, vamos proceder à apresentação do modelo escolhido de forma a aferir quais são os fatores explicativos dos erros e atrasos na entrega da declaração de rendimentos.

2.3 – O MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA

Um dos objetivos fundamentais deste trabalho é determinar quais os fatores explicativos do não cumprimento fiscal dos contribuintes portugueses, em especial, dos erros e dos atrasos na declaração de rendimentos. Na revisão da literatura identificámos os demográficos, os económicos, os técnicos, os morais e religiosos e os comportamentais e psicológicos.

Em matéria de política fiscal, entendemos que, mais do que conhecer o valor da evasão e fraude fiscal, é o conhecimento dos determinantes do não cumprimento fiscal que se reveste de maior importância, pois permite às entidades governativas tomar decisões mais fundamentadas.

Assim, escolhemos o modelo global de regressão logística, o qual é hoje muito usado na análise de dados para a distribuição da variável dependente dicotómica (Cumprimento 1; Não Cumprimento 0) e, como anteriormente, usámos a versão 19 do programa SPSS.

A seleção das variáveis explicativas, que poderão influenciar o não cumprimento fiscal contribuintes, prendeu-se com os indicadores e sinais referidos na revisão da literatura, bem como com a existência de associação entre as variáveis explicativas (demográficas, económicas, religiosas, técnicas, psicológicas e sociológicas) e a variável dependente (cumprir ou não cumprir dentro do prazo legal). Assim, propomo-nos testar as hipóteses de investigação seguidamente apresentadas.

Hipótese 1 – Os contribuintes com mais idade são a faixa etária que, em média, entrega a declaração de rendimentos mais vezes fora do prazo.

Hipótese 2 – Os contribuintes com um nível escolaridade mais elevado entregam a sua declaração de rendimentos dentro do prazo.

Hipótese 3 – Os contribuintes com a categoria profissio-

nal “não qualificado” são os que entregam a declaração de rendimentos mais vezes fora do prazo.

Hipótese 4 - Os contribuintes com dificuldades entregam a declaração de rendimentos com atrasos.

Hipótese 5 – Os contribuintes com nível de rendimento superior entregam, tendencialmente, mais vezes, a declaração de rendimentos fora do prazo.

Hipótese 6 – Os contribuintes do género feminino são mais cumpridores.

Hipótese 7 – Os contribuintes com rendimentos do trabalho dependente são mais cumpridores.

Hipótese 8 – Os contribuintes com custos de angústia são mais incumpridores - esta hipótese é medida pela existência de custos psicológicos.

Hipótese 9 – As pessoas que têm dificuldades na compreensão de conceitos financeiros – esta hipótese é medida através do nível educacional (medida indireta) e pela numeracia, isto é, capacidade de lidar com dinheiro (medida direta) são mais incumpridoras.

Hipótese 10 – As pessoas que são agarradas ao dinheiro (e o pagamento de impostos é um custo que não querem sofrer) são mais incumpridoras – esta hipótese é medida através do materialismo.

Hipótese 11 – As pessoas que têm uma tendência para adiar ao máximo as atividades que, por alguma razão, são custosas para elas são mais incumpridoras – esta hipótese é medida através da procrastinação.

A formalização matemática do modelo estimado é:

$$\text{Logit}(C_i) = \beta_0 + \beta_1 \text{Idade}_i + \beta_2 \text{Género}_i + \beta_3 \text{Nível de escolaridade}_i + \beta_4 \text{Nível de rendimento}_i + \beta_5 \text{Categoria Profissional}_i + \beta_6 \text{Ajuda Preenchimento}_i + \beta_7 \text{Fonte rendimento}_i + \beta_8 \text{Custos psicológicos}_i + \beta_9 \text{Numeracia}_i + \beta_{10} \text{Materialismo}_i + \beta_{11} \text{Procrastinação}_i + \epsilon_i$$

Onde, C_i é a variável resposta, cumprimento dentro do prazo para o inquirido i , Idade i é a idade do inquirido i e assim sucessivamente. A categoria de referência é “Não cumprir” dentro do prazo legal.

Foi efetuada uma seleção de covariáveis para o “melhor” modelo, usando o método *Stepwise Backward* e obteve-se o modelo apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 – Resumo da Regressão

Modelo	Log	X 2	Df	Sig.
Intercept	396,526			
Final	363,000	33,526	15	0,004

O quadro 10 apresenta o sumário do modelo ajustado, significando que o modelo é significativo quando $p - value < 0,004$, ou seja, que as variáveis introduzidas têm capacidade explicativa.

Quadro 11 – Coeficientes de Regressão

Model	B	Std Error	Exp (B)	t	Sig.
Constant	-1,686	1,290		1,709	0,191
Gênero	0,179	0,257	1,196	0,486	0,486
Idade	0,334	0,247	1,396	1,829	0,176
Materialismo	0,522	0,190	1,685	7,549	0,006
Numeracia	-0,044	0,201	0,957	0,049	0,826
Procrastinação	0,146	0,140	1,158	1,100	0,294
Rendimento	0,070	0,103	1,072	0,457	0,499
Nível de escolaridade	-0,104	0,185	0,901	0,314	0,575
Fonte de rendimentos	0,856	0,787	0,425	1,182	0,277

O quadro 11 resume os significados dos coeficientes de regressão para as variáveis explicativas. Das variáveis apresentadas apenas a variável “materialismo” é significativa no modelo de regressão, o que significa que apenas foi validada a hipótese 10 de que as pessoas mais materialistas, isto é, mais agarradas ao dinheiro, são aquelas que mudam mais facilmente do estado “cumprir” para “não cumprir” com a entrega de declaração de rendimentos dentro do prazo.

3 – CONCLUSÕES

A atitude de cumprir ou não cumprir depende fundamentalmente da predisposição dos contribuintes para pagar os seus próprios impostos (variáveis sócio-demográficas, sociológicas e psicológicas), bem como dos seus conhecimentos para poder cumprir com todas as obrigações fiscais que o sistema fiscal exige (variáveis técnicas e cognitivas).

Neste estudo, observou-se, a partir da análise dos resultados do modelo global, que os fatores que mais influenciam o não cumprimento fiscal entre nós são os sociológicos, em particular, o materialismo.



4 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Allingham, M.G.; Sandmo, A. (1972), “Income tax evasion: a theoretical analysis”, in: *Journal of Public Economics*, 1, pp. 323-338.
- Alm, J.; Martinez-Vasquez; Schneider, F. (2004), “The problem of the hard to tax”, paper presented at the “Hard to tax: an international perspective”, in: Alm, J. et al (Eds). *Taxing the hard-to-tax*. Amsterdam: Elsevier.
- Andreoni et al. (1998), “Tax compliance”, in: *Journal of Economic Literature*, 36, pp. 818-860.
- Christian, C.; Gupta, S. (1993) “New evidence on “secondary evasion”, in: *Journal of American Taxation Association*, 65, pp. 72-93.
- Clotfelter, C. (1983), “Tax evasion and tax rates: an analysis of individual returns”, in: *The Review of Economics and Statistics*, 65, pp. 363-373.
- Evans, C.(2012), “ Tax governance issues: managing system complexity”, in: *Economic Papers: A Journal of applied*

- economics and policy*, 31(1), pp. 30-35.
- Fisher, C.; Wartick, M., Mark, M. (1992), “Detection probability and taxpayer compliance: a review of the literature”, in: *Journal of Accounting Literature*, 11, pp. 1-46.
- Gallo, Franco (2011), *Las razones del fisco. Ética y justicia en los tributos*, Madrid: Marcial Pons
- Jackson, B. R.; Millirion, V.C: (1986), “Tax compliance research: findings, problems and prospects”, in: *Journal of Accounting Literature*, 5, pp. 125-165.
- Lopes, Cidália Maria da Mota (2013), “Os custos de cumprimento fiscal nas Pequenas e Médias Empresas – a Percepção dos Técnicos Oficiais de Contas”, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano V, 11, 12, 3, pp.133-150.
- Lopes, Cidália; Xavier de Basto, José; Martins, António (2012), “The compliance costs of individual taxation: some empirical evidence from Portugal”, in: *Journal of Higher Education-Theory and Practice*, November 2012, Emerald Journals.
- Lopes, Cidália Maria da Mota (2010), “Maximizar o cumprimento dos impostos e minimizar os custos: Uma perspectiva internacional”, *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, ano III, 03, 10, 1., pp. 167-222.
- Lopes, Cidália Maria da Mota (2008), *Quanto custa pagar impostos em Portugal? Os custos de cumprimento da tributação do rendimento*, Coimbra: Almedina.
- Pires, Manuel (2011) (Coord.), *Ética Fiscal*, Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Richardson, G. (2006), “Determinants of tax evasion: a cross-country investigation”, in: *Journal of International Accounting Literature, Auditing and Taxation*, 15, pp. 150-169
- Sanches, José L. Saldanha (2010), *Justiça Fiscal*, Lisboa: Fundação FMS

- Santos, A. Carlos; Lopes, Cidália M. Mota (2013) (Coord.), *Fiscalidade - Outros Olhares*. Porto: Editora Vida Económica.
- Santos, A. Carlos; Martins, António M. F. (2009) (Coord.), *Competitividade, Eficiência e Justiça do Sistema Fiscal, Relatório do Grupo para o Estudo da Política Fiscal*, Lisboa: Ministério das Finanças, CCTF, n.º 209.
- Santos, A. Carlos (1999), “Ética, transparência e fiscalidade”, in Santos, A. Carlos, *Da Questão Fiscal à Reforma da Reforma Fiscal*, Lisboa: Rei dos Livros, pp. 209-222.
- Soares, Domitília, *Percepção Social da Fiscalidade em Portugal. Um estudo exploratório*, Coimbra: Almedina
- Tittle, C. (1980), *Sanctions and Social Deviance: the question of Deterrence*. New York: Praeger eds.
- Tipke, Klaus (2002), *Moral Tributaria del Estado y de los Contribuyentes*, Madrid: Marcial Pons.
- Togler, B. (2002), “Speaking to theorists and searching for facts: tax morale and tax compliance in experiments”, in: *Journal of Economics Surveys*, 16, pp. 657-684.
- Wenzel, M. (2005), “Motivation or rationalization?: causal relations between ethics, norms and tax compliance”, in: *Journal of Economics Psychology*.